

BOLETIM SINTUNESP – 17/10/2014

Orçamento 2015, Pauta Específica, contratações...

Confira os informes da reunião do CADE em 15/10/2015

O Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) reuniu-se nesta quarta-feira, 15/10. A partir dos relatos redigidos pelos representantes dos servidores técnico-administrativos, que fazem parte do “Chapão”, o Sintunesp sintetiza a seguir os principais tópicos discutidos:

Orçamento 2015

O Prof. Dr. Pasqual Barretti, presidente da Comissão de Orçamento do CADE, apresentou um relato sobre as discussões sobre o orçamento da Universidade para 2015. Ele contou com a participação do assessor Rogério Buccelli, que expôs os números previstos para 2015 e os que estão sendo realizados em 2014. Entre os números apresentados, destacam-se:

- Comprometimento com Pessoal em setembro/2014, sem contabilizar o abono: 92,6%;
- Arrecadação do ICMS em 2014: o previsto pelo governo inicialmente foi de R\$ 90,4 bilhões, mas a previsão do Cruesp é que fique em R\$ 89 bilhões (1,8% abaixo);
- A previsão de arrecadação do ICMS para 2015 é de R\$ 95,2 bilhões;
- Para 2015, o orçamento previsto na Unesp é de R\$ 2.255.702.046,00;
- Em 2015, serão gastos R\$ 2.054.740.000 com despesas de Pessoal.

Após ser questionado pelos representantes, Buccelli argumentou que não é possível prever o dissídio no orçamento, pois não há um item específico para isso. Os conselheiros insistiram na necessidade de que a preservação salarial esteja incluída no orçamento da Universidade, ainda que seja a garantia mínima de reposição da inflação, deixando para as negociações da data-base a possibilidade de o reajuste ultrapassar esse mínimo ou não. Foi sugerido, ainda, que esta reposição seja prevista como crescimento vegetativo da massa salarial da Universidade.

Também em sua fala, respondendo a vários questionamentos, Buccelli esclareceu:

- “Colchão” é diferente de reserva orçamentária. Ou seja, o “colchão” não faz parte dos R\$ 800 milhões de reserva orçamentária;
- O mecanismo de lançar anualmente as 15,33 folhas para a composição do “colchão” (como ‘restos a pagar’) está sendo questionado pelo Tribunal de Contas, pois seria algo “ilegal”.

Após uma ampla discussão entre os representantes no CADE, e algumas considerações dos membros que compõem a referida Comissão, foram dados informes sobre as medidas que a Universidade adotará em breve para se adequar ao teto salarial:

- A Unesp vai adotar fórmula semelhante à da Unicamp, de modo a se adaptar à legislação estadual, que estabelece como teto salarial do estado de São Paulo o salário do governador, atualmente em torno de R\$ 20 mil reais;
- Os salários que estiverem acima deste teto terão o excedente congelado, que voltará a ser pago na medida em que o salário do governador vá aumentando;
- Será adotado um termo técnico no holerite, separando o valor conquistado no salário que exceder o teto constitucional.

Pauta Específica dos servidores

Em suas falas, os representantes do segmento técnico-administrativo levaram à discussão antigas reivindicações presentes na Pauta Específica do Sintunesp, constantemente cobradas pela categoria. Entre elas: pagamento do vale alimentação nos períodos de licença legais; realização de cursos de capacitação aos servidores técnico-administrativos; extensão, por analogia, de direitos dos servidores contratados sob o regime autárquico para os contratados sob o regime CLT, como os afastamentos para levar filhos ao médico; revisão do patrocínio ao plano Unesp Saúde, entre outros. Também foi reivindicado o reajuste do auxílio creche, que desde 2012 está congelado. O professor Gamero disse que vai reforçar, junto à Reitoria, a necessidade de agendamento urgente de reunião para discussão da Pauta Específica com o Sintunesp.

Em relação aos cursos, foi enfatizado pelos representantes que a categoria está sendo prejudicada pelo fato de não ocorrerem mais. Além disso, há previsão no PDI para a execução dessas capacitações.

Em relação ao pagamento do vale alimentação nas licenças legais (licença prêmio, licença saúde, paternidade etc.), os representantes dos servidores cobraram uma solução com urgência, pois o prejuízo dos servidores é grande. Eles ponderaram que se trata de benefício com caráter alimentar, não necessariamente ligado ao comparecimento do servidor ao local de trabalho, tanto que já é estendido nos períodos de férias. Atualmente, muitos servidores deixam de requerer o direito para o exercício de uma licença legal, pois sabem que serão prejudicados. Vale lembrar que a reserva orçamentária para esse benefício prevê o seu pagamento durante os 12 meses do ano, ou seja, não haveria qualquer dificuldade para atender a esta justa reivindicação. Neste ponto, a diretora do campus de Jaboticabal, professora Maria Cristina, manifestou seu apoio à reivindicação, relatando que os servidores de sua unidade veem a perda do benefício durante as licenças legais como um “castigo”. O professor Gamero comprometeu-se a levar o assunto ao gabinete do Reitor.

Sobre a revisão do patrocínio ao Unesp Saúde, o professor Gamero destacou que é preciso levar proposta à Comissão de Orçamento, o que será providenciado pelos representantes dos servidores.

Em relação aos afastamentos legais concedidos aos autárquicos, por exemplo para acompanhamento de filhos a consultas médicas, foi frisado pelos representantes dos servidores que se trata de uma grande injustiça o fato de não se estenderem aos celetistas. Na prática, mesmo quando se trata de casos de extrema urgência, o celetista tem que contar com o “bom senso” da chefia para liberá-lo, o que nem sempre acontece. Foi apresentada, inclusive, documentação de uma decisão de órgão público da cidade de Mirassol, favorável a esta extensão. Mesmo argumentando, novamente, que esta é uma restrição legal, o professor Gamero mostrou-se compreensível ao tema e enfatizou a necessidade do bom senso das chefias para liberar um servidor que necessita, em um momento de urgência, cuidar de um membro da família.

Contratações

Foi questionado por conselheiros do segmento técnico-administrativo se as contratações se manterão congeladas e a resposta é que sim. Quanto às vagas de servidores que não fazem mais parte do quadro da Universidade (mortes e demissões), a informação é que serão repostas automaticamente.

Os conselheiros também perguntaram a respeito dos concursos de mobilidade funcional, que foram igualmente congelados. No entendimento dos representantes dos servidores técnico-administrativos, os concursos de mobilidade funcional fazem parte da carreira técnico-administrativa, assim como os concursos para livre docência; portanto, não há razão para serem suspensos. A resposta é que esses concursos momentaneamente permanecerão suspensos, mas que isso será reestudado e revisto.

Gestão Administrativa

O Prof. Dr. José Roberto Ernandes, presidente do Grupo de Trabalho (GT) ‘Gestão Administrativa’, do CADE, fez um breve relato sobre o seu andamento. O grupo conta com quatro representantes dos servidores técnico-administrativos. Neste momento, foi levantada a importância do trabalho que precisa ser realizado e o quanto ele é amplo. A previsão é que seja um trabalho contínuo, que deve ser pensado a curto, médio e longo prazo, com discussões mais amplas, atingindo vários níveis da Universidade.

Houve algumas considerações de membros do grupo e de conselheiros, que certamente estarão presentes nas próximas reuniões deste GT.

Ouvidoria

A partir de solicitação feita pela representação dos servidores técnico-administrativo, o CADE convidou a Profa. Dra. Maria Suzana de Stefano Menin, Ouvidora Geral da Ouvidoria da Unesp, para falar aos conselheiros. Após a apresentação dos trabalhos realizados pela Ouvidoria Geral, os representantes sugeriram uma maior divulgação junto à comunidade acadêmica, pois muitos não conhecem o órgão e sequer sabem que também existem as ouvidorias locais.

Vale lembrar que esse serviço passou a existir a partir da própria luta do segmento técnico-administrativo, que fez essa reivindicação nos órgãos colegiados em 2003.

Periculosidade

O presidente do CADE, professor Gamero, informou que já estão concluídos os estudos sobre periculosidade, envolvendo os servidores expostos a riscos elétricos. Porém, os estudos sobre periculosidade envolvendo os servidores que trabalham expostos à radiação ionizante ainda serão concluídos junto à COTSA.

Recreacionistas

Os representantes dos servidores solicitaram que seja revista a função de “recreacionista”, pedido já realizado no CADE em julho de 2012, mas até hoje não atendido. O professor Gamero disse que todos os pedidos devem ser encaminhados ao CRH para análise. Desta forma, a orientação é que os envolvidos refaçam o documento com data atual e o encaminhem ao CRH por meio dos representantes junto ao CO.

Denúncias de perseguição no HC de Botucatu

Representantes dos servidores relataram que há muitas reclamações dos servidores técnico-administrativos do hospital, que estão sofrendo perseguições e assédio moral, vendo suas funções relegadas a segundo plano. Essas situações constrangedoras acontecem porque eles são servidores da Unesp, mas trabalhando em uma autarquia independente da Unesp, uma vez que o hospital foi desvinculado e hoje pertence à Secretaria de Saúde do estado. O presidente do CADE, professor Gamero, respondeu que a formação destes servidores será continuada e que continuará havendo esforços para a sua capacitação técnica. De qualquer forma, comprometeu-se a observar e avaliar melhor a situação dos servidores do HC de Botucatu.

EAD nas licenciaturas

Representantes docentes manifestaram indignação em relação ao documento da reitoria que determina que as disciplinas acrescidas às licenciaturas, por conta de sua reestruturação, deverão ser dadas à distância. O repúdio se dá em relação à tentativa de resolver o assunto de maneira afoita e sem estudos.

Bolsas pagas pelas fundações

Os representantes dos servidores questionaram, informalmente, a existência de possíveis bolsas pelas fundações da Unesp, a exemplo do que estaria sendo pago a membros da Reitoria, conforme admitido pela professora Marilza, em reunião do CO. O professor Gamero afirmou que essa informação não é verdadeira e o que existe são valores pagos que se relacionam a projetos de pesquisa desenvolvidos nas unidades, que constam em relatórios.

Sistema de voto eletrônico na Unesp

Uma das solicitações dos representantes técnico-administrativos é a revisão do sistema de voto eletrônico na Unesp. Atendendo a esta demanda, o Sr. Augusto Giancristofaro foi convidado para participar desta seção do CADE e apresentar detalhes técnicos sobre o sistema.

Após várias explicações, diversos membros do Conselho realizaram questionamentos quanto ao sistema, especialmente em relação à segurança da urna e em relação aos princípios democráticos e políticos que precisam ser observados em uma eleição.

Um dos questionamentos, por exemplo, é sobre a integridade da segurança do sistema, pois este informa o IP do usuário, envia a senha por e-mail para o eleitor, deixando dúvidas sobre o sigilo do voto. Também foi questionado o fato de não existir uma urna, mas sim um sistema, que pode ser acessado e utilizado como instrumento de voto em qualquer lugar. Isso também coloca em dúvida a liberdade do voto, pois não há como controlar se alguém (alguém superior, por exemplo) decidir acompanhar a votação de um eleitor e pressionar para que este vote em algum candidato. Não há o princípio da preservação do local de votação.

Também foi levantado que não há um comprovante físico do voto que foi realizado, que poderia servir como uma “contraprova”, se necessário.

Aspectos políticos como a falta de um padrão para as eleições, também foram levantados por um dos conselheiros.

Embora todos os questionamentos tenham sido respondidos, fica evidente que é necessário um maior aprofundamento da discussão junto quanto ao voto eletrônico na Universidade. É preciso que o assunto seja melhor debatido com as entidades sindicais, nos órgãos colegiados e, principalmente, com toda a comunidade acadêmica, para que possa avaliar se é este sistema que quer utilizar ou não.

Reuniões por videoconferência

Mais uma vez, os representantes dos servidores questionaram a realização de algumas das reuniões do Colegiado por videoconferência. A informação da presidência do CADE é que esta é uma decisão administrativa e, por este motivo, será realizada uma consulta à assessoria jurídica para saber se pode ser rediscutida.

Desta forma, o calendário das reuniões foi aprovado, de um modo geral, sem especificar se serão presenciais ou por videoconferência. Após o parecer da assessoria jurídica, isso será rediscutido, na próxima reunião do CADE.